

EDUCAÇÃO E CANDOMBLÉ: O GESTOR ESCOLAR E AS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO DOS CONTEÚDOS DA CULTURA E RELIGIÃO BANTAS NAS GRADES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NA BAIXADA FLUMINENSE

Jeusamir Alves da Silva¹

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense-UERJ. E-mail: febf.uerj@yahoo.com.br

RESUMO: Com o advento da Lei 10.639/2003/PR, surgiu a oportunidade de elaborar este trabalho, como auxílio para o gestor escolar quanto ao seu papel, diante das dificuldades, no que tange à inclusão da cultura e religião bantas nas grades curriculares do ensino fundamental e médio, na Baixada Fluminense. O objetivo principal é transmitir ao gestor conhecimentos, bem como a sua equipe, para o preenchimento de uma lacuna de quase quinhentos anos na história do Brasil. Inclusão essa que dará visibilidade a vertente negra ali, introduzida do século XVI ao XIX, os bantos. O objeto do estudo dividiu-se entre terreiros de candomblé banto e escolas da região. A justificativa é que embora o povo banto tenha sido o primeiro a ser introduzido na nova colônia, e responsável junto com o índio e o português, pela construção do Brasil e formação da nossa língua carece de informações sobre o seu papel na história brasileira. A capacitação do gestor e, seus auxiliares, através do candomblé banto é o viés para a inclusão dessa temática na Baixada Fluminense, pois tratar-se de uma região demograficamente banta devido ao grande número de terreiros bantos ali existentes. Usou-se a metodologia de transformação dos estabelecimentos de ensino e dos terreiros em uma via de mão dupla, em termos de: palestras, visitas entrevistas e participação em dias de eventos nos terreiros e nas escolas. Derrubou-se então, uma antiga barreira que vinha impedindo o crescimento desse tipo de pesquisa. Também, realizou-se uma pesquisa eletrônica, além de uma revisão bibliográfica, o que muito contribuiu para a conclusão deste trabalho dando dessa forma, a fundamentação necessária ao texto final. Como o gestor escolar deve atuar diante desse problema? Por que ensinar? E o que ensinar? O resultado alcançado constituiu-se na divisão do texto da discussão em três respostas referentes a cada uma das três perguntas formuladas neste trabalho. Espera-se que elas possam ajudar o gestor a dialogar com a sua equipe, quanto à realização desta inclusão que envolve não só a sua figura, mas também o corpo docente, discente, profissionais da educação, pais de alunos e a própria comunidade. Espera-se ainda, que esse resultado venha servir como inspiração para outras regiões do Brasil desdobrando-se em vários encaminhamentos em prol da visibilidade deste povo.

Palavras-chave: Inclusão, candomblé banto, gestor escolar, professor, aluno.

¹ Mestrando em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – FEBF/UERJ. Especialista pela UCAM em: História e Cultura Afro-brasileira; Ensino de História; Ciências da Religião; Artes e Procedimentos; Ensino da Língua Espanhola, e Gestão Escolar Administração, Supervisão e Orientação. Licenciado em História pela UNOPAR. Licenciado em Artes pelo Instituto Universitário CLARETIANO. Aperfeiçoamento e Extensão em História e Cultura afrobrasileira pela UCAM. Extensão Universitária em: O Povo Banto, Mitos e deuses africanos de Angola. As influências culturais Brasil/Angola pela UERJ.

INTRODUÇÃO

Ao pensar-se na inclusão da cultura e religião bantas nas grades curriculares do ensino fundamental e médio na Baixada Fluminense, surgem problematizações que discutidas e resolvidas podem ajudar no processo dessa aplicação em sala de aula. Por exemplo: Qual é a grande lacuna existente há quase 500 anos na História do Brasil referente ao papel dos negros bantos. Foi preciso buscar esses conhecimentos em sua origem banta em Angola, para não depender dos princípios individualistas e fechados dos quatro terreiros tidos pioneiros dos candomblés angola baianos. Esses terreiros nunca tiveram contato direto com a África, a não ser através de dois africanos que viveram aqui no Brasil. Um deles congolês conhecido como Manoel de *Nkosi* e o outro era o escravo cabindense batizado como Roberto Barros Reis. Esses terreiros vivem sob um clima de enfrentamentos e desconfianças e, não dialogam entre si. São eles: o *Tombenci*, fundado por Roberto Barros Reis e herdado por Maria Neném; o Bate Folha fundado por Manoel Bernardino da Paixão, que era filho de santo de Manoel de *Nkosi*; o *Tumba Junsara* fundado por Manoel Rodrigues do Nascimento e Manoel Ciriaco de Jesus que foram iniciados no santo por Maria Neném. E por último e, a casa da Goméia fundada por Joãozinho da Goméia, que por sua vez era filho de santo de Severiano Manoel de Abreu ou Jubiabá (ADOLFO, 2010).

A falta de informações nas grades curriculares do ensino brasileiro, sobre o papel dos bantos na construção do Brasil, na formação da língua brasileira, e a sua religião como resistência que perdura até aos dias atuais, vem colaborando cada vez mais, com o aumento do preconceito e a discriminação em nosso país.

Com o objetivo de auxiliar o gestor escolar elaboraram-se três perguntas cujas respostas poderão auxiliar o seu trabalho, nessa complexa batalha de inclusão na educação:

- Como o gestor escolar deve atuar diante desse problema?
- Por que ensinar?
- O que ensinar?

METODOLOGIA

Utilizou-se a metodologia de visitas não só em dia de festas, mas também no dia a dia dos terreiros, além de entrevistas com dirigentes das casas de candomblés bantos. (Citam-se: os *Tatas e Mam'etus: Matambenganga* do Carmari, *Mufumbi e Auíza* da Figueira, *Kewalombo* do Parque Flora, que praticam as duas línguas bantas (*Kimbundu e Kikongo*), além do português, em seus terreiros. O mesmo método foi aplicado nos

estabelecimentos de ensino, com gestores professores, alunos e comunidade. Somou-se a esta sabedoria consultas eletrônicas em sites, blogs e redes sociais, além de uma revisão bibliográfica composta por autores como: Adolfo, (2010), Ângelo, (2013), Bezerra (2011), Castro (2009), Junior (1953), Lopes (2011), Luck (2000), Mott (1999), Ramos (1934), Redinha, (1958), garantindo assim, o embasamento do texto.

RESULTADOS

Os resultados alcançados frutos da parceria entre a oralidade e a revisão literária constituíram as respostas apresentadas na composição da discussão do referido trabalho. Espera-se que elas possam ajudar o gestor a dialogar com a sua equipe, quanto à realização dessa inclusão que envolve não só a sua figura, mas, também o corpo docente, discente, profissionais da educação, pais de alunos e a própria comunidade. Espera-se ainda, por motivo dos bantos terem sido distribuídos por todo o território nacional, durante o período colonial, esse resultado venha servir como inspiração para outras regiões do Brasil desdobrando-se em vários encaminhamentos em prol da visibilidade desse povo.

DISCUSSÃO

Como resposta à primeira pergunta “Como o gestor escolar deve atuar diante desse problema? sugere-se, antes de tudo, que o gestor familiarize-se com o assunto, buscando capacitar-se sobre ele. Deve fazer uma pesquisa bibliográfica e eletrônica bem consistente, participar de rodas de conversas com intelectuais orgânicos, realizar entrevistas com sacerdotes da religião banta instrumentalizar-se de forma que possa apresentar a sua equipe e a todas as demais pessoas envolvidas, o tema em pauta com sabedoria, relatividade, reflexão e segurança.

Para responder a segunda pergunta: “Por que ensinar?”, o gestor deve convocar uma reunião com o corpo docente para apresentar e discutir o tema lembrando sempre que trata-se de uma lei federal (10.639/2003/PR) que deve ser cumprida. Deve ouvir e analisar as opiniões, sugestões, críticas dos docentes e discutir com eles sobre os obstáculos a ser sobrepujados administrativamente, o que demonstrará a sua habilidade em tomar decisões com eficácia. Já o próximo passo será o de convocar, além da sua equipe, pais, alunos e comunidade para apresentar o teor da lei, que obriga o ensino da história do negro na África e no Brasil, no ensino fundamental e médio, sempre solicitando o apoio e ouvindo as opiniões de todos os convocados

para o cumprimento da lei em vigor. Nesta área de relacionamento

interpessoal/inteligência emocional, o gestor deverá demonstrar as suas habilidades em: comunicar-se eficazmente; mobilizar a equipe escolar e comunidade local; facilitar processo de equipe; desenvolver equipes; negociar e resolver conflitos; avaliar e dar *feedback* ao trabalho dos outros. (LUCK, 2005).

Porém, “o que ensinar” dependerá muito de um gestor escolar criativo, que já devidamente capacitado no tema proporá a criação de mecanismos dentro da própria escola para capacitar e instrumentalizar os professores de forma que esses últimos deixem bem claro para os seus alunos, que a finalidade da transmissão desse conhecimento é de exclusivo cunho cultural. É uma forma de combater o preconceito e a discriminação, usando como estratégia a informação, através da educação. Além disso, conscientizá-los da importância dos seus papéis como novos atores no preenchimento dessa grande lacuna na História do Brasil.

Como resposta propriamente dita para “O que ensinar”, apresenta-se o texto abaixo, resultado embasado pelas pesquisas realizadas entre oralidade e a intelectualidade, sobre a “Cultura e Religiosidade do Negro Banto na África e no Brasil”:

A Palavra *BANTU*, plural de *NTU*, em nossa língua pronuncia-se e escreve-se banto. É formada segundo a tradução dos padres jesuítas, por: ”*BA*”, advérbio de quantidade que significa muitos, muitas e “*NTU*” que corresponde a corpo, homem, indivíduo, pessoas ou etnia. Vieram por volta de 1565 para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, café e algodão. O recorte para a Baixada Fluminense justifica-se pelo fato de concentrar-se ali, o maior número de povos africanos bantos, desde a época da escravidão. Haja vista, que as gerações, que mesmo com o pós escravidão, ali permaneceram, transformando a hoje Baixada Fluminense, antigo Recôncavo Guanabarrino, em uma região demograficamente banta. (FIGUEIREDO, 2010). Seu *habitat* era a África subsaariana, abaixo da linha do equador. Melhor dizendo a África Centro Ocidental.

Afirma Bezerra².

Os africanos procedentes dessa região estavam em quantidade majoritária nos diversos espaços da vida escrava do Rio de Janeiro, tanto no interior da província quanto na capital. Era comum vê-los nas ruas como trabalhadores urbanos, mas principalmente no campo, onde se vivia o difícil cotidiano das lavouras de cana- de-

² Nielson Rosa Bezerra é pós doutor em História da diáspora Africana pela University of the West Indies Barbados. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História pela Universidade Severino Sombra. Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Duque de Caxias.

açúcar, café e de alimentos. Desta forma, as tradições e as referências culturais dos povos da África Centro-Occidental, foram fundamentais no processo de construção da identidade das pessoas que chegaram, nasceram, viveram e morreram naquela região. (BEZERRA, 2011, pp. 33-37).

Os bantos falavam 736 línguas aparentadas, oriundas do grupo conhecido como *protobantu*. Por ser um povo rural contribuiu introduzindo suas técnicas agrícolas milenares já que provinham da Guiné e de Angola (principalmente da região da Baixa de *Kassanje* situada na Província de *Malange*, antigo reino de *Matamba*), do *Kongo* e *Kabinda* da África Occidental e os *Macuas* e *Angicos* da Costa Oriental. (CASTRO³, 2009).

José Redinha (1905-1983), etnógrafo e antropólogo, nos ensina que de acordo com as teses asiáticas, os bantos seriam um povo que há cerca de 5.000 anos, teria invadido a Somália, para ser expulso por nova vaga banta a que seguiram-se outras. Supõe-se que as línguas bantas iniciaram a suas invasões no sul da África há cerca de 2.000 a 2.500 anos. A cristianização dos negros vindos de Angola e Congo deu-se na África. Eles aqui chegaram a sua grande parte já cristãos e falando português. Segundo Redinha, por esse motivo uma intensa cristianização foi se sobrepondo a um extrato remoto das crenças naturais, que desde os dias da descoberta se popularizaram sob nome de feitiçarias, como sinônimos de idolatrias. A presença do cristianismo desenvolveu uma importante divulgação da língua e da escrita motivando-a para de mudança de crença e, a adaptação de novos usos e costumes. (REDINHA, 1958).

Por outro lado a língua portuguesa entrou na cultura de Angola e do Congo de longa data. Segundo Damião de Góis (1502-1574), historiador e humanista português, em 1504 seguiram para o Congo muitos mestres para abrirem escolas onde instruíam meninos na doutrina cristã. (GÓIS, 1525).

³ **Yeda Pessoa de Castro** é etnolingüista. Doutora em Línguas Africanas pela Universidade Nacional do Zaire. Consultora Técnica em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz em São Paulo. Membro da Academia de Letras da Bahia. Pertence ao GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL. Membro Permanente do Comitê Científico Brasileiro do Projeto "Rota do Escravo" da UNESCO. Professora aposentada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (UNEB), estando à frente do **NGEALC** - Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros em Línguas e Culturas, do qual é fundadora.

A população negra banta sempre desempenhou um papel determinante em todas as fases de produção de riquezas e do desenvolvimento do Brasil. A começar pela expansão tecnológica angolana, usada largamente na agricultura inclusive com o crescendo da atividade têxtil, perpassando pela criação de gado, até a construção das estradas de ferro e cidades, fatos esses que levaram o Brasil a ser reconhecido como nação no exterior. Berço do acervo material e imaterial através da culinária ao folclore afro-brasileiro representado pelos usos e costumes em sua maioria vindos de Angola. É de lá que vem o samba, capoeira, maracatu, jongo e seus derivados. Destaca-se também, a atenção com a saúde nas comunidades religiosas do candomblé banto, através das ervas medicinais controladas pela poderosa divindade conhecida pelo nome de *Katende*, o deus dos cereais e das folhas. Juntou-se a esse grande legado a construção da nossa língua, junto com o índio e o português. Mesmo assim, a história omite esse capítulo, pois não explica qual foi a vertente negra responsável por tudo isso.

Na área das religiões de matriz Banta no Brasil, existe uma enorme carência de estudos. Pouquíssimo ou quase nada tem sido feito desde que nossos pioneiros na pesquisa do negro e nas suas manifestações simbólicas afirmaram não terem encontrado elementos de peso da cultura banta aqui, no Brasil. Assim a atenção dos estudiosos voltou-se para os sudaneses, dando origem, àtemática do nagocentrismo que muito prejuízo tem causado razão porque, os bantos teriam se apoderado-se da mítica e dos rituais *nagô*. Mediante essas afirmações, a falta de estudos mais aprofundados sobre o tema e a tarefa de compreender a mítica banta no Brasil, infelizmente, tornou-se quase impossível. Entretanto, a religiosidade banta apresenta uma complexidade de divindades, e ancestralidades totalmente diferente dos *orixás* ou *éboras* no *ketu* e *voduns* no *jeje*. Essas divindades bantas são os *akisi* (plural de *mukisi* na língua *Kimbundu*) e *bankisi* (plural de *minkice* na língua *Kikongo*). No candomblé banto os *akisi* não tiveram vida terrena, são espíritos, usam máscaras (*mukange*). Já no candomblé de *ketu* e de *jeje* assumem a forma humana. (ANGELO, 2013).

O motivo que gerou a discriminação do negro de origem sudanesa para com o negro banto reside no fato de terem sido iniciados os estudos sobre a religião negra na Bahia, ponto onde o tráfico de escravos naquele momento foi principalmente de negros sudaneses, o que veio a influenciar todos os trabalhos ulteriores sobre o assunto. O precursor sobre o estudo do negro no Brasil, Raimundo Nina Rodrigues, ignorou a cultura e religião banta. Mesmo comendo quiabo, abóbora, maxixe, jiló, caruru (culinária banta), mesmo cercado pelos diversos bairros de Salvador/BA, como, Cabula, Calabetão, Muriçoca, Beiru, Curuzu), ou ouvindo e

pronunciando palavras oriundas do banto como: quenga, quitanda, muxoxo, entre outras. (LOPES, 2011). Segundo Ramos (1934, p. 76), “Nina Rodrigues teve as suas vistas desviadas de qualquer outro tema negro religioso que não fosse *jêje-nagô*, muito embora tivessem entrado também negros bantos, principalmente na Bahia”.

O ensino da história do negro banto através de sua religiosidade, a partir do fundamental II ao 3º ano médio ostensivo ao nível superior é a estratégia adequada para dar visibilidade à primeira vertente negra aqui introduzida. É uma forma de atrair o interesse acadêmico e levar o aluno a tomar conhecimento de quem é o povo banto. E, qual foi o seu papel na construção do Brasil, desde o século XVI, época que aqui foi introduzido para o trabalho indigno. É importante clarificar que a sua resistência religiosa, a partir do calundu permanece até os dias atuais no que hoje conhecemos como candomblé.

A segunda vertente negra chegada por volta de 1730, do sul do antigo Reino de *Daomé*, hoje *Benin*, quase duzentos anos depois, já no século XVII, foi a dos Jêjes ou *Fon*, época da descoberta do ouro em Minas Gerais. A terceira foi a dos *Nagôs*, ou *Ioruba*, por volta de 1830, da *Nigéria*, *Benin* e *Togo*, quase trezentos anos depois, já no século XVIII, no intuito de instalar seus reinos aqui no Brasil, como também, trabalhar na mineração do ouro. (MOT, 1997).

CONCLUSÕES

Embora, tenha sido necessário entrar um pouco na história dos bantos, no sentido de responder à pergunta “O que ensinar” ficou bastante clara a importância do gestor escolar, quanto à supervisão e orientação de um assunto ainda desconhecido por muitos. Sugeriu-se a capacitação do gestor e em seguida a dos professores para conhecimento do novo tema a ser inserido no currículo escolar. A estratégia de reunir-se antes com sua equipe e depois com pais, alunos e comunidade para conquistar o apoio deles, também, foi apresentada. Elaborou-se um texto sobre a saga dos bantos na África e no Brasil, em que a oralidade ficou garantida pelas entrevistas concedidas por respeitáveis sacerdotes e sacerdotisas do candomblé banto. Já a revisão literária contou com o valioso referencial teórico doado pelos escritores consultados. Portanto, nada mais justo, do que perseverar pela inclusão desses conhecimentos dentro da sala de aula, o que, conseqüentemente, espalhar-se-á pelo mundo, graças ao advento do computador e da internet. Todavia, como qualquer outra área da educação, essa inclusão depende da gestão escolar, administração, supervisão e orientação para a aplicação de seus conteúdos.

Vivemos, atualmente, em um país onde o crime e o tráfico atraem cada vez mais jovens,

principalmente negros oriundos de comunidades populares. Por isso, realizar pesquisas com base nas raízes da cultura africana é uma forma de trazer estes jovens para mais perto de suas origens, transmitindo o importante papel dos seus ancestrais, no sentido de elevar a auto estima contribuindo dessa forma, para o desenvolvimento do ser humano e a formação cidadã.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, Sérgio, Paulo, *Nkisi Tata Dia Nkusu: estudos sobre o candomblé Congo-Angola*. Londrina, Editora da Universidade estadual de Londrina. 2011

ANGELO, A. Curso “*O Povo Bantu, Mitos e deuses africanos de Angola: as influências culturais e religiosas Brasil/Angola*” Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Sub reitoria de Extensão e Cultura (SR-3), departamento de Extensão, PROEPER, CCS, 2013. Disponível em: <<http://www.katende@oi.com.br>>. Acesso em 8 maio 2013.

BRASIL. Lei n.º10.639, de 9 de janeiro de 2003/PR. Altera a Lei n.º 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

BEZERRA, Nielson Rosa. *A Cor da Baixada: Escravidão, liberdade e pós abolição no recôncavo da Guanabara*, Duque de Caxias, Ed. APPH-CLIO, 2011.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *O Português Do Brasil, Uma intromissão nessa história*. In: GALVES, GARMES, Helder RIBEIRO, Fernando Rosa (Orgs.) - *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora Unicamp Ltda. pp. 175-184. 2009.

GÓIS, Damião de. *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols. Lisboa – Rio de Janeiro, 1935.

LOPES, Ney. *Novo Dicionário Bantu do Brasil*, 2ª Ed, RJ, Pallas, 2011.

MOTT, Luiz. “*Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*”. In: Laura de

Mello e Souza (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, vol.1, pp. 60- 82, 1997.

FIGUEIREDO, Maria Aparecida de. GÊNESE E(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA BAIXADA FLUMINENSE. Revista geo-paisagem (on line), ano 3, nº. 5, Janeiro/Junho de 2004. ISSN Nº 1677-650X. Revista anexada ao Latindex.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*, RJ, Biblioteca de divulgação, setembro de 1934.

REDINHA, José. *Etnias e culturas de Angola*. Luanda, Edição do Banco de Angola, 1958.

RODRIGUES, Nina. “*Os Africanos no Brasil*”, 4ª. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976

ANEXO A - Carta resposta da Presidência da República.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Pessoal da Presidenta da República

Brasília, 08 de setembro de 2011.

JEUSAMIR ALVES DA SILVA

Presidente

Confederação Nacional dos Candomblés de Angola e dos Costumes e Tradições

Bantu no Brasil - ANCACTBB

Rua Valdemar Vago, 90 - Corumbá

26042000 - NOVA IGUAÇU - RJ

Prezado Senhor,

Em resposta ao Ofício nº 002/2011/CNCACTBB/CRBNDM de 23/08/2011, endereçado à Presidenta Dilma Rousseff, informamos que o assunto foi encaminhado ao Ministério da Educação pelo Ofício COR/GP/PR: 1272/2011 de 08/09/2011 para análise e eventuais providências.

Cordialmente,

CLAUDIO SOARES ROCHA
Diretor

Diretoria de Documentação Histórica

**ANEXO B – Ofício resposta do
Ministério da Educação..**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Diretoria de Políticas para Educação do Campo e Diversidade
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 1 - Sala 401 - 70.047-900 - Brasília, Distrito Federal, Brasil
Fones: (61)2022 9035 e 2022 9042 - Fax: (61) 2022 9041

Ofício nº *2962*/2011/DPECAD/SECADI/MEC

Brasília, *31* de outubro de 2011

A Sua Senhoria o Senhor
Jeusamir Alves da Silva
Presidente da ANCACTBB
Rua Vademar Vago, nº. 90
26.042-000 – Nova Iguaçu/RJ

Assunto: Luta pela inclusão da História do Povo Bantu, na História do negro na África e no Brasil no ensino fundamental e médio com base na Lei 10.639/03.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, referimos ao Ofício nº. 002/2011/CNCACTBB/CRBNBM, de 23 de agosto de 2011, quanto a inclusão da **História do Povo Bantu, na História do negro na África e no Brasil no ensino fundamental e médio com base na Lei 10.639/03**, consideramos relevante a solicitação proposta e a temática será apresentada aos Fóruns de Diversidade Étnico-Racial para avaliação e orientação aos sistemas de ensino.

Atenciosamente,

Faria
Viviane Fernandes Faria
Diretora

